

ATA DA 053ª SESSÃO ORDINÁRIA DA  
3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª LEGISLATURA  
REALIZADA EM 17 DE JUNHO DE 2021  
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO MAURO DE NADAL

Às 9h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ada Faraco De Luca - Ana Campagnolo - Bruno Souza - Coronel Mocellin - Dirce Heiderscheidt - Dr. Vicente Caropreso - Fabiano da Luz - Felipe Estevão - Fernando Krelling - Ismael dos Santos - Ivan Naatz - Jair Miotto - Jerry Comper - Jessé Lopes - João Amin - José Milton Scheffer - Julio Garcia - Kennedy Nunes - Laércio Schuster - Luciane Carminatti - Marcius Machado - Marcos Vieira - Marlene Fengler - Mauro de Nadal - Milton Hobus - Moacir Sopelsa - Nazareno Martins - Neodi Saretta - Nilso Berlanda - Padre Pedro Baldissera - Paulinha - Ricardo Alba - Rodrigo Minotto - Romildo Titon - Sargento Lima - Sergio Motta - Silvio Dreveck - Valdir Cobalchini - Volnei Weber.

PRESIDÊNCIA - Deputado Nilso Berlanda

DEPUTADO NILSO BERLANDA (Presidente) - Abre os trabalhos da sessão ordinária. Solicita a leitura das atas das sessões anteriores para aprovação e a distribuição do expediente aos senhores Deputados.

\*\*\*\*\*

**Breves Comunicações**

Não havendo oradores inscritos, a Presidência passa ao horário reservado aos Partidos Políticos.

\*\*\*\*\*

**Partidos Políticos**

Partido: PSD

DEPUTADA MARLENE FENGLER (Oradora) - Manifesta solidariedade às lideranças do setor produtivo catarinense, que se mobilizaram diante dos riscos de graves prejuízos, caso não seja revista a sentença do Juiz Federal, Marcelo Krás Borges, de

Florianópolis. Informa que a decisão determinou que o Ibama e o IMA, não observem o regime jurídico de áreas consolidadas previstas no Código Florestal e no Código Estadual do Meio Ambiente, mas que tomem como base os dispositivos previstos na Lei da Mata Atlântica. Registra que a Procuradoria Geral do Estado de SC entrou com recurso no TRF-4, pedindo a suspensão dessa sentença, o que infelizmente ainda não aconteceu.

Acrescenta que 85% da Mata Atlântica nativa catarinense estão inseridos em propriedades rurais com menos de 50 hectares. Destaca que os setores produtivos do agronegócio e da agropecuária catarinense estão angustiados, também os grandes e pequenos produtores rurais de Santa Catarina, pela insegurança jurídica e os sérios problemas para a agropecuária, já que os mesmos sobrevivem e vivem do que produzem, comentando que Santa Catarina se caracteriza pela atividade e produção familiar, e não por latifúndios.

Diz ser fundamental e muito importante que a Casa se alie na defesa dos interesses de quem produz, de quem gera empregos, riqueza e renda para o Estado. Saliencia que as lideranças do setor já solicitaram ao Poder Executivo que se manifeste sobre a questão. Também divulgaram um alerta para os prejuízos e implicações da sentença para a economia do Estado catarinense. *[Taquígrafa: Ana Maria]*

Partido: PP

DEPUTADO SILVIO DREVECK (Orador) - Apoiar a manifestação da Deputada Marlene Fengler, com relação à sentença judicial sobre a lei ambiental para o Estado de Santa Catarina. Justifica que o Estado catarinense é modelo exemplar no setor produtivo, principalmente no agronegócio e na agropecuária. Também exporta seus produtos para outros países, como Europa e continente asiático. Informa que a maioria dos produtores vive e produz seus produtos em pequenas propriedades, que são de alta produtividade. Por isso, considera a sentença do Juiz Marcelo Krás Borges, de Florianópolis, incompatível com a realidade do território

catarinense. Afirma que a decisão judicial vai impedir o desenvolvimento, vai afetar a geração de empregos e renda no Estado, pois há grandes reservas de Mata Atlântica em várias regiões. Apela ao Fórum Parlamentar Catarinense, e ao Governador Carlos Moisés, para tentar resolver a situação junto às autoridades competentes. Propõe aos colegas Deputados que se debata o assunto nos próximos dias, pois de outra forma Santa Catarina terá grandes prejuízos, e não vai conseguir viabilizar seus negócios. *[Taquígrafa: Ana Maria]*

Partido: PDT

DEPUTADO RODRIGO MINOTTO (Orador) - Deixa manifestação de pesar à família do senhor Nicola Gava, considerando-o um historiador da cultura italiana, que infelizmente foi vítima da Covid-19. Lamenta a sua morte, lembrando a trajetória deste grande historiador de Nova Veneza. Comenta sobre suas pesquisas e dedicação em documentários da imigração italiana do sul catarinense. Faz a leitura da nota de pesar da Prefeitura de Nova Veneza e do Caravaggio Futebol Clube, mostrando-se muito abalado com a perda do seu grande amigo. *[Taquígrafia: Guilherme]*

Partido: PL

DEPUTADO MARCIUS MACHADO (Orador) - Lamenta a violência cometida contra uma jovem de 19 anos, assassinada pelo ex-namorado, mais um feminicídio que aconteceu na cidade de Lages. Questiona o que o Estado pode fazer para melhorar esse tipo de situação, dizendo ser necessário trabalhar em uma conscientização desde criança, argumentando que existe uma ligação entre crianças que agridem animais e adultos agressivos, e grande parte dessas agressões são cometidas contra mulheres.

Informa que na Comissão de Justiça foi deliberado um projeto sobre a corrida de galgos. Relata que uma corrida ocorreu na cidade de Araranguá, onde uma vereadora proibiu esse tipo de atividade na cidade. Acrescenta que o projeto está na comissão de Meio Ambiente e será encaminhado em breve para sanção do Governador, proibindo a

utilização de animais para atividades sádicas em Santa Catarina. Comenta que existe outro projeto tramitando, que proíbe a tatuagem estética em animais, e solicita um código de proteção aos animais mais completo para o Estado.

Ressalta um pedido sobre a Farra do Boi, dizendo que apresentou um projeto, aumentando a multa dos agentes envolvidos nessas atividades, e solicita aos seus Pares o apoio e a celeridade tramitação do mesmo. Para encerrar, diz não compreender o descarte incorreto do lixo, informando que tem um projeto tramitando, que vai multar essa prática. *[Taquiografia: Northon]*

Partido: MDB

DEPUTADO MOACIR SOPELSA (Orador) - Menciona o pronunciamento dos Deputados em relação à Mata Atlântica no Estado de Santa Catarina, dizendo que o Código Florestal do Estado mostra que mais de um terço do território ainda possui mata nativa, e que o que está sendo aproveitado com as cidades e a agricultura representa menos de 40%. Acredita que o que estão pensando em fazer não é justo, e é feito por pessoas que não conhecem a realidade do Estado. Informa que a Comissão de Justiça decidiu que deve ser feita uma avaliação e a consolidação do Código Florestal Catarinense, na qual irão participar todas as comissões, dizendo ser uma preocupação necessária. Ressalta a importância da participação efetiva do Governo do Estado, através da Secretaria da Agricultura e do IMA, para mostrar que, aquilo que está se pensando fazer, não serve para Santa Catarina, que está preservando e evitando a poluição, principalmente na área rural, onde o produtor precisa da água e do meio ambiente, porque ele sabe que sem isso não vai produzir.

Comenta que a OIE concedeu ao Rio Grande do Sul, Paraná, Acre e Rondônia, e parte da Amazônia e do Mato Grosso, como área livre de febre aftosa sem vacina, relatando que os estados do Rio Grande do Sul e Paraná criam uma barreira sanitária para Santa Catarina e, sendo assim, seu status sanitário é o mesmo, com o diferencial de que o

rebanho do Estado catarinense é rastreado, dizendo ser necessário ter cautela sobre o que será feito, pois a carne produzida aqui no Estado é de alta qualidade e importada para outros países, e alguns contratos não permitem a entrada de gado não rastreado no Estado. Demonstra preocupação com esse momento, entendendo que é preciso olhar o lado econômico, mas isso não deve ser colocado acima dos interesses técnicos defendidos pela ciência. Deseja que, em Santa Catarina, todos possam se unir em um debate a favor do setor produtivo do Estado. [Taquiografia: Northon]

\*\*\*\*\*

### **Ordem do Dia**

DEPUTADO NILSO BERLANDA (Presidente) - Dá início a pauta da Ordem do Dia.

Pedido de Informação n. 0458/2021, de autoria do Deputado Fernando Krelling, solicitando ao Secretário de Estado da Saúde, informações acerca dos critérios técnicos e parâmetros, bem como o cronograma de distribuição já realizado do quantitativo total das vacinas contra a Covid-19 destinadas ao Estado de Santa Catarina.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0459/2021, de autoria do Deputado Milton Hobus, solicitando ao Secretário de Estado da Fazenda, informações acerca da expectativa de renúncia fiscal no caso da internalização dos convênios do Conselho Nacional de Política Fazendária números 41, 54, 15 e 90 de 2021.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0460/2021, de autoria do Deputado João Amin, solicitando, ao Secretário de Estado da Fazenda, informações acerca do anúncio do Governador do Estado em relação à disponibilização de 1,5 bilhão de reais para microempreendedores e microempresas.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0461/2021, de autoria do Deputado João Amin, solicitando, ao Secretário de Estado da Casa Civil, informações acerca da regulamentação da Lei do Mecenato.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0462/2021, de autoria do Deputado João Amin, solicitando, ao Secretário de Estado de Saúde, informações acerca do funcionamento da ala de isolamento e da ala de queimados do Hospital Infantil Joana de Gusmão.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Moção n. 0444/2021, de autoria do Deputado Jerry Comper, apelando ao Presidente da República e ao Ministro de Estado da Saúde, que sejam incluídos todos os professores de cursos livres no grupo prioritário do Plano Nacional de Vacinação contra a Covid-19.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0445/2021, de autoria do Deputado Ricardo Alba, apelando ao Governador do Estado, que promova a reposição das perdas inflacionárias nos salários dos Servidores Públicos Estaduais.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0446/2021, de autoria do Deputado João Amin, manifestando aplauso à empresa BN Papéis por ter sido premiada na 9ª edição do prêmio Great Place to Work.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0447/2021, de autoria do Deputado João Amin, manifestando aplauso à empresa AMTRANS Logistics por ter sido premiada na 9ª edição do prêmio Great Place to Work.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0448/2021, de autoria do Deputado Kennedy Nunes, solicitando apoio aos colegas parlamentares para colocar em pauta urgente e a consequente aprovação da proposta de emenda à Constituição 06/2018, que acaba com a possibilidade de perda automática da nacionalidade brasileira de quem obtém outra nacionalidade.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0449/2021, de autoria da Deputada Dirce Heiderscheidt, manifestando aplauso por ato de bravura o Bombeiro Militar Soldado de Souza que atuou com audácia, dedicação e competência durante atendimento da ocorrência de motorista que desmaiou na direção em via movimentada no município de Santa Cecília.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Requerimento n. 1035/2021, de autoria da Deputada Dirce Heiderscheidt, solicitando, ao Secretário de Estado da Infraestrutura e mobilidade a flexibilização dos horários de liberação do tráfego da Serra do Rio do Rastro.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Esta Presidência comunica que defere de plano os Requerimentos n.s: 1029/2021, 1030/2021, 1031/2021, 1032/2021 e 1033/2021, de autoria do Deputado Maurício Eskudlark; e 1034/2021, de autoria do Deputado Fernando Krelling.

A Presidência comunica, ainda, que serão enviadas aos destinatários, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno, as Indicações n.s: 1311/2021, 1312/2021 e 1314/2021, de autoria do Deputado Marcius Machado; 1313/2021, de autoria da Deputada Ana Campagnolo; 1315/2021 e 1316/2021, de autoria do Deputado João Amin; e 1317/2021, de autoria do Deputado Neodi Saretta.

Finda a pauta da Ordem do Dia. *[Taquiografia: Cinthia]*

DEPUTADO NILSO BERLANDA (Presidente) -  
Suspende a sessão por 10 minutos para a  
apresentação da Mensagem Anual da Radiodifusão

Catarinense, e convida para fazer uso da palavra o senhor Silvano Silva, Presidente da ACAERT.

Está suspensa a presente sessão.

(Pausa)

A Presidência reabre a sessão e passa ao horário reservado à Explicação Pessoal.

\*\*\*\*\*

### **Explicação Pessoal**

DEPUTADO SARGENTO LIMA (Orador) - Ao comentar sobre os tempos difíceis que se vive no Brasil em relação aos crimes que ocorrem, transmite os pêsames para a família da moça assassinada pelo ex-namorado em Lages, e fala do Código Penal brasileiro, considerando que o mesmo favorece a criminalidade, pois serve como assistencialismo para os criminosos, bem como vê que a política no Brasil não dá bons exemplos, uma vez que quando o político comete corrupção ativa ou passiva, ele é absolvido. Menciona que todo mundo quer viver em um país de primeiro mundo, mas não querem adotar as leis praticadas em um país de primeiro mundo.  
*[Taquígrafa: Sílvia]*

DEPUTADO FELIPE ESTEVÃO (Orador) - Comenta o trabalho em parceria com as Forças de Segurança Pública do Estado, concluindo que cerca de 15 mil apenados, em regime semiaberto, saiam com as tornozeleiras eletrônicas. Lembra que o custo das mesmas é pago pelos contribuintes catarinenses, e que há dois tipos de tornozeleiras, e isso é terceirizado por empresas que prestam esse trabalho.

Fala do seu Projeto de Lei sobre estas tornozeleiras, que foi sancionado pelo Governador, e hoje o preso deveria arcar com os custos das tornozeleiras, mas segundo denúncias, o Estado não está cumprindo a sua parte e continua pagando pelas mesmas, não fazendo valer a lei.

Diz que isto é inaceitável, e comenta que está preparando um dossiê e apurando as denúncias, pois a lei foi sancionada pelo Governo, e reforça que

os apenados não podem onerar o Estado na saída do semiaberto. *[Taquiografia: Guilherme]*

DEPUTADO NILSO BERLANDA (Presidente) - Não havendo mais oradores inscritos, encerra a presente sessão, convocando outra, ordinária, para a semana subsequente, à hora regimental.

Está encerrada a sessão. *(Ata sem revisão dos oradores.)*

*[Revisão: Taquígrafa Sara]*